



ÍNDICE

1 - Benefícios fiscais	7
1.1 - Enquadramento	7
1.2 - Tipologia de Benefícios Fiscais	8
1.3 - Caducidade dos benefícios fiscais	9
1.4 - Benefícios fiscais automáticos versus dependentes de reconhecimento	13
1.5 - Impedimento de reconhecimento do direito a benefícios fiscais	14
1.6 - Extinção dos benefícios fiscais	14
1.6.1 – Enquadramento geral	14
1.6.2. Impostos sobre o Rendimento/Património/Obrigação Única	16
1.7 - Transmissão dos benefícios fiscais	17
2 - Benefícios fiscais-/Modelo 22 → Anexo D	18
3 – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI)	20
3.1 – Caracterização	20
3.2 - Âmbito de aplicação subjetivo	21
3.3 - Atividades abrangidas/CAE	21
3.4 - Atividades excluídas	23
3.5 - Investimentos relevantes	24
3.6 - Condições de Acesso	25
3.7 - Postos de trabalho	27
3.8 - Investimento realizado	29
3.9 - Benefícios fiscais	32
3.9.1 – Em sede de IRC	32
3.9.2 - Em sede de Impostos sobre o património	39
3.10 - Limites	40
3.11 - Exclusividade dos benefícios fiscais	43
3.12 - Obrigações acessórias/declarativas	44
3.12.1 - Dossier fiscal	44
3.1.2.2. Contabilidade/Demonstrações Financeiras/Modelo 22	46
3.1.2.3 – Notificação à Comissão Europeia	46
3.1.2.4 – Procedimentos de Controlo	50
3.13 - Incumprimento	50
3.14 - Resultado da liquidação – art.º 92.º do CIRC	53
4 - Dedução por lucros retidos e reinvestidos	55
4.1 – Caracterização	55
4.2 - Âmbito de aplicação subjetivo (art.º 28.º)	55
4.3 - Benefício Fiscal	57
4.4 - Aplicações relevantes - Artigo 30.º	60
4.5 – Cumulação de Benefícios	65
4.6 - Reserva especial por lucros retidos e reinvestidos	66
4.7 - Outras obrigações acessórias	69
4.8 - Sanções por Incumprimento	70
5 - REMUNERAÇÃO CONVENCIONAL DO CAPITAL PRÓPRIO	75
5.1 – Caracterização	75



5.2 – Âmbito Subjetivo	77
5.3 – Benefício Fiscal/condições	77
5.4 – Âmbito da dedução	78
5.5 – Incumprimento	79
5.6 - Limitação à dedutibilidade dos gastos de financiamento	79
5.7 – Medida Anti abuso	80
5.8 - Obrigações declarativas	81
5.9 – Aplicações Práticas – Remuneração convencional do Capital	81
6 – BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS	85
6.1 - Caracterização	85
6.2 – Condições	85
6.3 – Cumulação de benefícios	86
6.4 – Áreas territoriais beneficiárias	86
6.5 – Regra do minimis	86
6.6 – Exemplo	87
7 – CRIAÇÃO DE EMPREGO - Art.º 19.º do EBF	89
7.1 – Revogação do Benefício/Aplicação da lei no tempo	89
7.2 - Caracterização	90
7.3 - Montante máximo da majoração anual	92
7.4 - Período de dedutibilidade	93
7.5 - Cumulação de Benefícios	94
7.6 – Conceitos	100
7.6.1 - Encargos Majoráveis	101
7.6.2 - Conceito de criação líquida de postos de trabalho	102
8 – Limitação de benefícios	107
9 – Procedimento e forma de liquidação	109
10 – Caso prático preenchimento quadro 078-A do Anexo D da Modelo 22	111
10.1 – Enquadramento	111
10.1.1 – Quadro 078	111
10.1.2 – Quadro 078-A	112
10.1.3 – Informações vinculativas relacionadas com a problemática dos incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais	113
10.2 - CASO PRÁTICO	114
Bibliografia	119
Anexos	121